

## Sociologia e Antropologia Rural

# Agricultura familiar, Agroecologia e solidariedade como estratégia de bem viver

Family farming, Agroecology and solidarity as a strategy for living well

**Nilton Pinho de Bem<sup>1</sup>** , **Eduardo Ernesto Fillippi<sup>1</sup>** 

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

## RESUMO

Este artigo trata da relação existente entre agricultura familiar, valores ético-culturais, solidariedade, prática agroecológica e bem viver. Apresenta-se inicialmente uma reflexão acerca dos possíveis impactos do desenvolvimento capitalista na categoria dos agricultores familiares. Após é abordada a relação existente entre economia solidária e agricultura familiar e, na sequência, são correlacionados solidariedade e estilo de produção familiar agroecológica com o objetivo de bem viver. Nesse sentido, à título de exemplo, é apresentado o caso de duas cooperativas gaúchas de agricultores familiares ecologistas. Nas conclusões finais, são ressaltadas as efetivas possibilidades de o trabalho não alienado e solidário, vivenciado pelos agricultores familiares ecologistas, ser um fator de realização do bem viver.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Agroecologia; Economia solidária; Bem viver

## ABSTRACT

This article deals with the relationship between family farming, ethical-cultural values, solidarity, agroecological practice and good living. Initially, a reflection on the possible impacts of capitalist development on the category of family farmers is presented. After that, the existing relationship between solidarity economy and family agriculture is approached and, in the sequence, solidarity and agroecological family production style are correlated with the objective of living well. In this sense, as an example, the case of two cooperatives of ecological family farmers is presented. In the final conclusions, the effective possibilities of non-alienated and solidary work, experienced by ecological family farmers, are highlighted as a factor in the achievement of good living.

**Keywords:** Family farming; Agroecology; Solidarity economy; Well live

## 1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas a atividade econômica progressiva e generalizadamente passou a se submeter a lógica mercantil, orientada pela busca da obtenção e apropriação privada de excedentes econômicos. Nessas circunstâncias, a atividade agrícola paulatinamente tendeu a se desenraizar de valores éticos e culturais invertendo as diretivas lógicas entre meios e fins, pois, ao invés de se vincular a objetivos sociais e ambientais, passou a obedecer a racionalidade impessoal dos mercados. Assim, nessa dinâmica de mercados capitalistas autorregulados, na agricultura se constituiu um quadro contraditório: de um lado passa a haver uma inédita capacidade de produção e de acumulação de riquezas e, de outro, há uma crescente disparidade na propriedade e na distribuição dessa riqueza, a consolidação do desemprego estrutural, e uma crescente degradação ambiental.

Em face a esta circunstância, especialmente a partir do quarto final do século XX, tem sido presente a procura por soluções alternativas ao padrão hegemônico de produção, distribuição e acumulação. Na esteira desse processo tem havido a revalorização de práticas econômicas baseadas noutros princípios que não apenas na concorrência, no lucro, ou no consumismo, mas que se submetam a valores de equidade e sustentabilidade e, por extensão, a felicidade de seus protagonistas.

De outra parte, essa reflexividade na compreensão e nas práticas de produção e distribuição, também passou a marcar presença na conformação de padrões de comercialização e consumo consciente, como no caso de alimentos, onde a sociabilidade e a identidade dos sujeitos se manifestam como elementos centrais nas relações de troca e, sob esta perspectiva, as trocas, para além de um ato comercial, também visam a satisfação de necessidades culturais e podem ser mediadoras de bem-viver.

Em meio a esta dinâmica, estilos de vida como os verificados nas famílias que desenvolvem agricultura de base ecológica têm indicado uma possibilidade

concreta de bem viver, onde a felicidade individual dos sujeitos é obtida entrelaçadamente com a dos demais membros de seus grupamentos sociais e com a sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas que cultivam.

Este artigo se insere nessa reflexão sobre as possibilidades de estilos de agricultura familiar de base ecológica serem veículos de bem viver, estando estruturado em cinco partes: partindo desta Introdução, na Seção 2 busca a contextualização dos desafios da agricultura familiar em face à dinâmica capitalista; na Seção 3 discorre sobre as inter-relações entre agricultura familiar e solidariedade; na Seção 4 são apresentados casos representativos da dinâmica solidária na agricultura familiar agroecológica e na Seção 5 são expostas as considerações finais.

## **2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AGRICULTURA FAMILIAR**

A agricultura familiar pode ser caracterizada como uma categoria social que pratica um estilo de produção em que o núcleo familiar detém a posse ou propriedade dos meios de produção e no processo produtivo emprega seu trabalho direto, bem como é responsável pelo processo decisório e gestão das atividades (SILVA; BREITENBACH, 2013). Demais, devido a essas características peculiares, O estudo dos elementos constitutivos e das condições de reprodução social da agricultura familiar constitui um campo de pesquisa e reflexão crítica que tem suscitado uma constante revisitação de conceitos e análises de tendências em face às dinâmicas da acumulação do capital e à correlata globalização da circulação generalizada de mercadorias (SHANIN, 1980; BERSTEIN, 2011; WANDERLEY, 2003; SCHNEIDER, 2009).

Nessa abordagem, grosso modo, as investigações situam-se tanto na busca de uma caracterização e conceituação dessa categoria social, quanto na análise dos possíveis impactos do desenvolvimento do capitalismo em termos de diferenciação social de categorias como a dos agricultores familiares. Seguindo

essa trilha, pode-se ter como pano de fundo a hipótese de que o capital sustentado na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado possui leis de movimento que geram fenômenos de concentração e centralização, ou seja, a produção social de mercadorias tende a se dar em um menor número de unidades produtivas, com maior composição orgânica do capital e com crescentes escalas de produção, trazendo como consequência sistemáticos fluxos de exclusão social (MARX, 1974).

A aplicação mecânica dessas premissas à questão dos agricultores familiares, que usufruem da posse e gestão de limitados meios de produção e, ao contrário das unidades capitalistas de produção, sustentam-se na predominância de relações solidárias de trabalho ao invés de relações alienadas de trabalho, apontaria para a diferenciação social, quer em direção à acumulação progressiva, quer em direção ao assalariamento.

Nessa perspectiva, dadas as notórias contradições entre a estrutura patrimonial dos agricultores familiares e o padrão tecnológico da modernização agrícola, sempre seria uma questão em aberto sua persistência como categoria social, sobretudo quando essas unidades de produção estiverem submetidas a dinâmicas de mercado governados por oligopólios e/ou oligopsônios, como é o caso das cadeias agroindustriais dos principais produtos agrícolas atualmente (PLOEG, 2008). Entretanto, como a história tem demonstrado, a tese de uma inevitável tendência apontando para o fim dos agricultores familiares como categoria social e econômica não têm se verificado (MALAGODI, 2017).

Já, as razões para essa resiliência social e econômica demonstrada pelos agricultores ao longo do tempo podem ser mais bem compreendidas na medida em que a abordagem siga além de estudos setoriais sobre agricultura. Para tanto, há que se considerar as formas com que esses agentes sociais propõem suas estratégias de reprodução social, ou seja, como buscam desenvolver seus projetos de vida (RAYNAUT, 2002). Ao encontro desse intento, Schneider (2009, p.11) aponta que:

Na realidade, o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

Com efeito, quando consideradas as relações de reciprocidade desenvolvidas em seu núcleo familiar, seus valores culturais e sua interação com o ambiente natural percebe-se a adoção de processos decisórios e estratégias sócio produtivas que permitem a manutenção de seu estilo de vida. A este respeito, Chayanov (2014) alude que as unidades familiares de produção, na medida em que se encontram indissociavelmente ligadas a um grupo familiar, tem seu trabalho e produção vinculados a uma estratégia de reprodução social, que, no limite, reflete um balanço entre consumo familiar e penosidade do trabalho. Sob este prisma, a exploração agrícola familiar, antes de ser uma função dos preços relativos é ditada pelo intento de, em primeiro lugar, assegurar os meios de vida necessários à família e, enquanto isso for viável, a unidade produtiva perdurará.

Trazendo-se a questão para o caso brasileiro, têm-se verificado novas possibilidades de reprodução social dos agricultores familiares, especialmente a partir do final da década de 1970. Nesse sentido, merece especial destaque o processo de redemocratização do país e, em com isso, a participação de novos segmentos sociais no debate sobre os rumos políticos e econômicos da nação, o que veio a constituir um movimento crítico ao modelo dominante da modernização produtivista da agricultura baseado na concentração fundiária, nos agroquímicos e na recorrente expulsão de trabalhadores da terra em seus diversos formatos sociais e regionais. Nesse quadro, houve mudanças na legislação vigente, inclusive na Constituição Federal de 1988, que contemplaram o reconhecimento de outras formas sociais, não dominantes, de agricultura, as quais, por seu turno, inspiraram novas políticas de apoio. Nesse processo, a agricultura familiar assumiu a condição de categoria que tipicamente abrangia as diversas formas de agricultura baseadas

na associação entre trabalho, família e produção, bem como naquelas edificadas segundo laços comunitários de natureza étnica (WANDERLEY, 2003).

Partindo-se dessa tipificação, constata-se que, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 - IBGE e dos requisitos previstos na “lei da agricultura familiar” (nº 11.326/2006, regulamentada pelo Decreto nº 9.064/17 - Presidência da República (BRASIL, 2017)) podem ser classificados como familiares 77% dos estabelecimentos rurais do país, que respondem por 23% do Valor Bruto da Produção da Agropecuária (VBP) e absorvem 67% do pessoal ocupado na agropecuária. Logo, observando-se informações como estas é evidente a importância do tema da agricultura familiar em termos de produção, emprego, riqueza e pobreza.

Porém, de outra parte, deve ser considerada a importância desse estilo de agricultura em outras dimensões, como, por exemplo, suas possibilidades de realização dos projetos de vida das famílias. Nesta perspectiva, tendo em vista o fato de os estabelecimentos familiares predominantemente desenvolverem relações não alienadas de produção com um desafiador conteúdo significativo do trabalho, percebe-se um importante potencial de recompensa psíquica e social para os produtores familiares. Para tanto, concorrem as múltiplas alternativas de arranjos produtivos e a urgência de gestão das unidades familiares de produção pelos produtores imediatos, bem como a crescente importância que a sociedade vem depositando nos espaços rurais e nos produtos e serviços que estes podem oferecer (PLOEG *et al.*, 2000).

A questão vista sob este ângulo permite que se perceba os agricultores familiares desempenhando uma agência significativa na construção de suas histórias<sup>1</sup>. Demais, quando se enfocou o objeto de seu trabalho, em que pesem

---

<sup>1</sup> “[...] o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural” (WANDERLEY, 2003, p. 58).

os casos de penosidade decorrentes da escassez de meios de produção, pode-se postular que esse não é um elemento que os subjuga, mas que se apresenta como uma possibilidade concreta de auto realização e de desenvolvimento humano. Sob esta perspectiva, os agricultores familiares devem ser vistos como sujeitos que lidam com ameaças e oportunidades socialmente delimitadas, mas que não compreendem seu futuro como pré-determinado, senão que pode ser um processo em constante transformação.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR**

A constituição de empreendimentos econômicos centrados na equidade e reciprocidade de deveres e direitos de seus associados remonta ao século XIX, quando na Inglaterra essas estratégias de ação passaram a ser empregadas no intento de remediar o desemprego e as precárias condições de vidas da classe trabalhadora. Adotando-se a abordagem estruturacionista para a compreensão da gênese desses empreendimentos, observa-se que, desde suas primeiras iniciativas, estas organizações autogestionárias vêm se valendo de recursos provenientes do mercado com recursos de natureza não mercantil e, ainda, com recursos alheios à lógica monetária, como as práticas de ajuda mútua. Esses empreendimentos autônomos e democraticamente geridos passaram a combinar princípios de simetria de tratamento entre os atores com princípios da centralidade, presente nas relações de redistribuição, bem como com relações de troca condicionando a valores, mantendo-as incrustadas socialmente e não apenas se restringindo a cálculos de eficiência ou rentabilidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2006; 2009).

Na América Latina, a partir dos anos 1980, e no Brasil, especialmente a partir de 1990, essas iniciativas passaram a ser denominadas de empreendimentos de economia solidária. Nessa perspectiva, esse conceito visa espelhar a associação livre, democrática e autogestionária dos trabalhadores que buscam, além do

resultado econômico, outros benefícios, como por exemplo, qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã (GAIGER, 2015; LAVILLE, 2014; SILVA, 2018).

Segundo esse enfoque, a economia solidária vai além dos aspectos produtivos e distributivos e contempla o engajamento em problemas mais amplos<sup>2</sup>. Seus empreendimentos procuram contrapor a dicotomia entre o econômico e o social, conciliando temas como eficiência, cooperação produtiva, justiça distributiva e resiliência socioambiental (CAEIRO, 2008; GAIGER, 2009; LAVILLE, 2014). Sendo assim, a ação solidária não se restringe apenas a geração de oportunidades de trabalho ou de renda, mas também atende ao anseio de um protagonismo emancipatório dos atores sociais na construção de projetos de vida alternativos ao individualismo utilitarista e ao trabalho alienado (GAIGER, 2008).

Para tanto, essas estratégias empregadas por contingentes humanos ameaçados em sua sobrevivência material têm se valido de elementos institucionais da realidade, assim como de sua herança cultural e de aspirações de seus membros para forjar estruturas e instituições sociais, que induzem a novos padrões de consciência coletiva e individual, onde a ação econômica orientada por sentimentos de pertencimento não se restringe apenas a questões de ordem material (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; HOBBSAWN, 1981; SINGER, 2002).

Cabe ressaltar que os camponeses e agricultores familiares despontam entre as categorias impactadas e ameaçadas em sua reprodução social que têm se valido de estratégias colaborativas para solução dos desafios impostos pelo modo de produção capitalista. Com o apoio dessas instituições solidárias, importantes segmentos de agricultores familiares, portadores de uma tradição fundada na centralidade da família, vêm se mantendo como estilo de vida específico em

---

<sup>2</sup> “A economia solidária congrega temas relevantes para dilemas contemporâneos já inquiridos pela sociologia, como o aumento da desigualdade global, a degradação ambiental, a crescente desregulamentação do trabalho, as novas pautas de emancipação social, as questões de gênero, os novos movimentos sociais e as políticas públicas”. (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018, p. 175)



extensas regiões do planeta<sup>3</sup>, mesmo que sejam instigados a adaptar-se às modernas condições de produção e de vida, dado que de uma forma ou de outra interagem em mercados.

A história mostra que, já na primeira metade do século XIX, foram constituídas as primeiras cooperativas de compra e venda, bem como cooperativas de crédito por essas categorias sociais (CHAYANOV, 2017; SINGER, 2002). Esses pioneiros empreendimentos associativos visavam conferir aos agricultores condições de acesso econômico aos mercados e acesso ao crédito. Até aos tempos atuais, por intermédio dessas instituições cooperativas, sua interação com os mercados vem sendo viabilizada pelo amparo das escalas decorrentes das ações grupais, que tem a condição de lhes conferir economicidade sem perda de sua autonomia sócio produtiva (CHAYANOV, 2014; 2017).

Partindo-se do enfoque proposto por Gaiger (2009) pode-se caracterizar a ação dos empreendimentos solidários da economia familiar como “meta utilitarista”, pois valores sociais norteiam seu comportamento econômico e os ganhos decorrentes da ação coletiva lhes permite a inserção em redes e mercados mais amplos. Com isso, tem sido possível escoar suas produções com necessária viabilidade econômica, ainda que individualmente tenham sido obtidas em escalas não capitalistas de produção.

## **4 AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E BEM VIVER**

Observando-se a dinâmica dos empreendimentos solidários na agricultura, percebe-se que as relações de reciprocidade têm sido fundamentais para a

---

<sup>3</sup> “Abundantes estudos sobre o campesinato mostram que um sistema econômico que nunca foi dominante em parte nenhuma pôde sobreviver durante séculos e manter o essencial da sua racionalidade: sobrevivência alargada das famílias em comunidade através de uma gestão prudente dos recursos e de uma solidariedade gerada por ameaças comuns. Uma espécie de economia moral, baseada no costume e na experiência passada, funciona como concha protectora e reduz os impactos desagregadores do sistema econômico dominante, seja ele o feudalismo, o capitalismo ou o socialismo real”. (HESPANHA, 2009, p. 51)

persistência de formatos produtivos não submetidos ao primado do lucro. A ênfase está na reprodução social de estilos de vida e na produção centradas no trabalho familiar. Nesses ambientes de produção, que contam com a gestão autônoma de seus membros, a terra não é vista apenas como um fator da produção e as pessoas não se resumem à força de trabalho. Conforme se observa, transcendem a condição de mercadorias e são elementos de afirmação da identidade dos sujeitos e de seus projetos de vida.

Com base nesses fatores emergem as razões para a adoção, pelos agricultores familiares, dos princípios da Agroecologia, especialmente em face aos seus objetivos de preservação da saúde humana, do ambiente natural e da viabilidade econômica de suas produções agrícolas. Assim, a análise de suas intenções e ações na perspectiva de assumirem a condição de agricultores ecologistas denota uma racionalidade econômica e técnica, mas não se restringe a isso de forma excludente. Dessa forma, à típica racionalidade apresentada pela agricultura familiar, conforme apontado pela literatura sobre a produção camponesa e familiar classicamente, soma-se o objetivo de preservação ambiental.

Portanto, é nesse contexto que emergem os agricultores ecológicos, que se diferenciam tanto de outros sujeitos do tradicional rural dito moderno, denominado de agronegócio, quanto do praticado por agricultores orgânicos que desenvolvem uma agricultura que, eventualmente, possuem uma organização social da produção orientada por uma lógica puramente mercantil. Para tanto, esses agricultores familiares de base ecológica valem-se da construção de redes de cooperação e consumo, que se formatam e operam em espaços físicos diversos e descontínuos, que congregam agricultores familiares e diversas instituições, tanto governamentais, quanto não governamentais (BRANDERBURG, 2017; CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Nesses circuitos, além de práticas agrícolas ecológicas, também são verificadas práticas de conservação da natureza, da biodiversidade, da melhoria da qualidade da água, e da produção para o consumo consciente. Demais, no processo de construção em rede

são constituídas novas relações de poder e de decisão baseadas na reciprocidade e na elaboração de um saber fundado em dinâmicas participativas. Assim, esse estilo de vida ancorado em valores socioambientais também determina a reconfiguração das relações sociais e das relações com a natureza, com base num conhecimento oriundo do diálogo de saberes de seus protagonistas (BRANDERBURG, 2017).

No bojo dessas novas reconfigurações sócio produtivas, por seu turno, são ampliados os espaços que permitem a consideração de projetos de vida como objetivos da ação econômica, ao invés da inversão desses valores, traço característico da racionalidade dos mercados autorregulados (POLANYI, 2012). Nesse sentido, passam a assumir prioridade a obtenção de condições de existência que privilegiem o bem-estar dos sujeitos e a harmonia com a natureza, como o refletido na proposta de “Bem Viver”:

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida. (ACOSTA, 2016, p. 33)

A proposta de estilos de vida centrados no bem viver, portanto, possuem como diretriz um protagonismo social e individual que tenha como objetivo mais do que a condição material dos sujeitos, e que aponte para um estado particular de felicidade, onde os padrões culturais são alternativos aos dominantes padrões regidos pelo individualismo e o consumismo. (SAMPAIO *et al.*, 2017)

Nessa perspectiva, De Bem (2019) pesquisando os valores e motivações que levaram à constituição de empreendimentos solidários de agricultores familiares ecologistas no Rio Grande do Sul apresenta um conjunto de relatos que demonstram motivações e práticas centradas em valores ético-morais e não apenas em cálculos de rentabilidade. Nesse estudo foram analisados os casos da Associação dos Trabalhadores Rurais Sul-Cerro-Grandenses ASTRARSUL e da Cooperativa dos Produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda. (COOPEG ORGÂNICOS, 2018b)

O primeiro empreendimento, a ASTRARSUL, foi constituída em 1998, no município de Cerro Grande do Sul, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Trata-se de uma associação civil de direito privado fundada por onze famílias de agricultores, que atualmente conta com dez famílias associadas, em sua maioria ex-fumicultores. Estas famílias dedicam-se à produção hortigranjeiros, segundo o protocolo de produção orgânica que é certificada pela Rede ECOVIDA4 e que são vendidos em Feiras de Produtos Orgânicos em Porto Alegre.

As famílias associadas têm no trabalho de seus membros o principal recurso e seus estabelecimentos agrícolas são compostos por terras próprias e terras arrendadas. Essa Associação visa a prestação de serviços, especialmente, assistência técnica, certificação e transporte dos produtos das lavouras às feiras, e tem como prática de gestão a reunião mensal de todos os seus membros, onde ocorrem a programação e o acompanhamento de ações. Interessante ressaltar que a constituição do empreendimento foi bastante influenciada pela possibilidade de acesso uma linha de crédito subsidiado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que, à época da pesquisa, de acordo com as normas de obtenção estabelecidas pelo agente financeiro (BANRISUL), era restrita a empreendimentos coletivos (DE BEM, 2019).

Já a COOPEG, que está localizada no município de Garibaldi, na Região Nordeste Rio-grandense teve a formalização de sua constituição jurídica em 2001 com 31 associados, “preocupados não só nos aspectos produtivos e quantitativos, mas na construção de um ambiente sadio, limpo e harmônico com

---

<sup>4</sup> “A Rede Ecovida se concretiza basicamente a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil. Sua formação oficial data de 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas entidades. Atualmente conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores (abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização. [...] No âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, a certificação tem sido trabalhada como um processo pedagógico onde agricultores, técnicos e consumidores se integram no intento de buscarem uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem. A este processo chamamos certificação participativa” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2018, p. 1).

responsabilidade social” (COOPEG ORGÂNICOS, 2018a). Tem seu foco na prestação de serviços de transporte, comercialização e certificação. Essa cooperativa conta com 45 associados que possuem uma produção diversificada e elaborada, produzindo tanto hortícolas e frutas in natura, quanto produtos agroindustrializados. Seus associados participam de Feiras, mas contam também com um canal de vendas nas redes de varejo, além de vendas pelo *site* da cooperativa (COOPEG ORGÂNICOS, 2018b).

Dentre os depoimentos obtidos na pesquisa encetada por De Bem (2019), o apresentado a seguir revela a intencionalidade do entrevistado em ter seus objetivos de vida entrelaçados com seus pares e com a preservação ambiental:

Eu estava na cidade, eu tinha um belo salário, minha esposa também tinha um belo salário, morava num apartamento, carrinho na garagem, filho na creche e eu volto para cá. Tudo tem um motivo: a criação da Cooperativa, a produção orgânica, eu ter voltado para o meio rural, [...] e eu voltei para resgatar aqui a história, a cultura e a identidade da família, produzindo sem agrotóxicos e cuidando do meio ambiente. (DE BEM, 2019, p. 69-70)

Já nos depoimentos a seguir os agricultores entrevistados revelam uma racionalidade que não dissocia seus métodos produtivos dos impactos na saúde humana e na resiliência ambiental, colocando essas variáveis como elementos centrais na definição de seu estilo de produção agrícola:

*[...] não vou plantar de uma forma que eu possa prejudicar alguém [...] tu estás vendendo um pé de alface, mas tu estas vendendo o que nesta alface? Tu estas vendendo saúde, tu estas cuidando do solo [...].*

*Pensando o que é terra, o que é ser humano [...] fui entendendo esta questão de meio ambiente [...] para tu ser agricultor ecológico tu tens que viajar para trás na história, tu tens que entender muita coisa do passado. O que que é uma constituição do ambiente, o que que é a terra, o que que é o ser humano [...] a ecologia é isto: ambiente, pessoas, tu ver o conceito do humano, não do material [...] e aí, quando fui estudar a doutrina espírita, ela me fez entender [...] a terra não é uma coisa única, ela não é isolada [...].*

No depoimento abaixo, o entrevistado demonstra sua inserção em uma rede, que tanto abrange a ele e os demais membros de sua cooperativa, quanto os consumidores de seu produto, segundo uma ética de relacionamento que permite

sua realização pessoal na medida em que os alimentos que produz e comercializa são saudáveis:

*O mais importante é ser produtor orgânico e isto se interliga com a cooperativa... Em primeiro lugar, estar em paz com aquilo que tu fazes, tu vais entregar um produto que tua família comeria, tu tens a consciência tranquila e tem um ganho fantástico de realização humana.*

Como se verifica nos relatos apresentados, fica patente, tanto os valores, quanto as motivações de seus atores, que, ao invés de um egoísmo utilitarista, movem-se pela consciência de que seus produtos representam saúde para as pessoas que as adquirem e que seu estilo de agricultura cumpre uma missão histórica ao cuidar do meio ambiente. Logo, o ambiente natural não é visto como apenas um recurso produtivo, uma mercadoria que deve ser transacionado na perspectiva da obtenção de lucro, mas sim como um elemento vivo do qual depende a realização de seus projetos de vida.

Também fica claro, no relato descrito a seguir, que o objetivo de bem viver tem sido viabilizado pelo estilo de vida permitido pela agricultura familiar de base ecológica:

[...] ou eu casava, ou voltava para a cidade, mas acho que Deus me colocou no lugar onde devia estar, e colocou ele no lugar onde a gente deveria se encontrar para a gente ter uma vida muito boa, muito superior as minhas perspectivas da época, e aí a gente está aí: construindo a nossa vida. (DE BEM, 2019, p. 72)

É interessante observar que, segundo o relato acima, o sentimento de uma vida boa e feliz está ligado ao trabalho cotidiano que, contrariamente a tese neoclássica, é fonte de realização e não de sofrimento. Essa constatação vai ao encontro no proposto por Dejours (1992), que sustenta que os impactos das condições do ambiente, das tarefas e do objeto do trabalho na saúde mental dos trabalhadores é revestido de símbolos que exercem forte influência na autoestima das pessoas.

Também contrariando a tese neoclássica de que os seres humanos seriam naturalmente egoístas e individualistas, De Bem (2019, p. 73) abordando a importância estratégica dos empreendimentos solidários para seus associados registrou esse

depoimento: “a cooperativa é para me levar aonde sozinho eu não vou, assim com ideias, não é só produto, é mudança de algo”.

Portanto, tendo-se como exemplo os dois empreendimentos associativos de agricultores ecologistas, a busca do bem viver está atrelada a motivações e valores que não se restringem ao utilitarismo mercantil, mas sim a uma visão ética, onde o culto a história de suas famílias e o cuidado com o meio ambiente direcionam a busca por soluções solidárias, ao invés de competitivas para o desenvolvimento dos projetos de vida de seus protagonistas. Conforme muito bem expresso no seguinte relato:

A gente da agricultura familiar vê muito o agronegócio como nosso grande opressor, mas na realidade nosso grande opressor somos nós mesmos [...]. Nós temos a opção de escolha: [...] o que vai nos nortear é o valor material ou o valor moral, o valor humano? Isto que vai determinar qual o caminho. (DE BEM, 2019, p. 74)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os seres humanos, contrariamente ao enfatizado pelo *mainstream* da Economia, podem se orientar por valores e lógicas alternativas ao individualismo utilitarista, forjando e mantendo empreendimentos de economia solidária socialmente incrustados. Conforme ilustrado no presente artigo, a ação econômica de categorias sociais, como a dos agricultores familiares, pode se guiar por valores culturais e princípios éticos que orientam suas atividades produtivas e condicionam suas interações com o meio-ambiente e com os consumidores de seus produtos.

Nessa perspectiva, as atividades produtivas vinculadas ao estilo de agricultura familiar agroecológica, bem como a participação nos mercados podem ser compreendidas como um meio para um estilo vida que os motiva e realiza e não o contrário, como é usual em relações utilitaristas que tem por finalidade a riqueza material. Também, segundo os relatos apresentados, pode-se visualizar que para essas pessoas a finalidade da ação econômica, mais do que interesses comerciais, visa o desfrute de um ambiente saudável e o prazer permitido pelo desenvolvimento de um trabalho criativo e comprometido com a preservação da vida e do ambiente natural. Nesse escopo, a

constituição de relações solidárias tanto se mostra como um elemento potencializador do intento de reprodução social do núcleo familiar, quanto de desfrute de bem viver.

Portanto, ainda que os agentes sociais possuam suas ações condicionadas pelos contextos e estruturas sociais que os cercam, não são inexoravelmente presos a estas circunstâncias, e, nesta medida, tem a possibilidade de constituir práticas transformadoras. Há, assim, um presente e um futuro em aberto que podem ser construídos segundo valores não adstritos apenas a uma lógica utilitarista e mercantil, e, nesta medida, seus protagonistas podem edificar projetos de vida que os realizem e lhes tragam felicidade.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

BERSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 52-81, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22437/13010>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRANDERBURG, A. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

BRASIL. Decreto n. 9.64, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Planalto**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm). Acesso em: 07 fev. 2022.

CAEIRO, J. M. C. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1 p. 61-72, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/941>. Acesso em: 31 jan. 2022.



CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, v. 95, p. 143-177, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/3nQYwMqsMT5ww3x9wffsJw/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CHAYANOV, A. V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2017.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COOPEG ORGÂNICOS. **Bem-vindo a COOPEG**. 2018b. Disponível em: [http://coopeg.com.br/quem\\_somos](http://coopeg.com.br/quem_somos). Acesso em: 20 nov. 2018.

COOPEG ORGÂNICOS. **Quem somos**. 2018a. Disponível em: [http://coopeg.com.br/quem\\_somos](http://coopeg.com.br/quem_somos). Acesso em: 20 nov. 2018.

DE BEM, N. P. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial**: o caso de agricultores ecologistas nos municípios gaúchos de Cerro Grande do Sul e Garibaldi. 2019. 112 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FERRARINI, A. V.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 6, n. 12, p. 321-349, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/482735>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

GAIGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, v. 79, p. 43-63, 2015. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/issue/view/443>. Acesso em: 8 set. 2020.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/359>. Acesso em: 17 set. 2019.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/401>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Rpq7Gp3mrwqVhqGst7LGK7j/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

HESPANHA, P. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 49-63, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/390>. Acesso em: 25 nov. 2020.

HOBSBAWN, E. J. **A era das revoluções (Europa 1789-1848)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LAVILLE, J-L. Mudança social e teoria da economia solidária: uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 60-73, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/135287/000941400.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MARX, K. **O capital, crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Nova Jersey, v. 40, n. 4, p. 391-408, Oct. 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00156>. Acesso em: 30 jan. 2022.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3089>. Acesso em: 28 jan. 2022.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Sobre**. 2018. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Bem viver e ecossocioeconomia: entre subjetividade e o bem comum. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 40-50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/hjSmbm3V7GdNHknQPHwXmss/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SHANIN, T. A conceituação de camponês: conceituações e desconceituações. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 26, p. 42-80, 1980.

SILVA, A.; BREITENBACH, R. O debate “agricultura familiar versus agronegócio”: as jaulas ideológicas prendendo os conceitos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10862>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SILVA, S. P. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 02 fev. 2022.

## CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

### 1 – Nilton Pinho de Bem

Economista, Doutor em Desenvolvimento Rural, Professor

<https://orcid.org/0000-0003-1133-9547> • nilton.bem@gmail.com

Contribuição: Conceituação, curadoria de dados, investigação, administração do projeto, escrita – primeira redação, escrita – revisão e edição.

### 2 – Eduardo Ernesto Filippi

Economista, Doutor em Economia Política, Professor

<https://orcid.org/0000-0001-8311-7287> • edu\_292000@yahoo.com.br

Contribuição: Curadoria de dados; Análise Formal; Conceituação, Escrita – revisão e edição.

## Como citar este artigo

BEM, N. P.; FILLIPPI, E. E. Agricultura familiar, Agroecologia e solidariedade como estratégia de bem viver. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.28, n.2, e8, p. 1-20, abr./jun. 2021. DOI 10.5902/2318179666320. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179666320>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.